

XLV

MONUMENTO AO BARÃO DO RIO BRANCO

José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro, em 1845, e faleceu em 1912. Era filho do diplomata e estadista brasileiro visconde do Rio Branco. Tendo iniciado em São Paulo o curso de Direito, foi terminá-lo na Faculdade de Direito de Recife. Depois de formado, fez uma viagem de instrução pela Europa e, de regresso ao país, foi, durante uma curta interinidade, lente de Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II, onde estudara preparatórios, servindo depois como promotor público em Nova Friburgo. Na qualidade de secretário, acompanhou seu pai, o visconde do Rio Branco, chefe da missão especial incumbida de reorganizar o Paraguai, profundamente abalado depois de longa guerra. Foi deputado geral pelo Estado de Mato Grosso e, nessa época, de 1871 a 1875, adquiriu grande popularidade, discutindo questões políticas na imprensa. Em 1876, foi nomeado cônsul do Brasil em Liverpool, posto em que conseguiu aprofundar seus estudos de História e Geografia, pesquisando nos arquivos europeus preciosos documentos. Em 1884 foi comissário do Governo imperial junto à Exposição Internacional que se realizou em S. Petersburgo. Proclamada a República, foi nomeado superintendente, em Paris, dos serviços de emigração para o Brasil, na Europa.

Falecido o barão de Aguiar de Andrade, em Washington, foi nomeado para o substituir na chefia da missão especial encarregada de defender os direitos do Brasil na questão de limites com a República Argentina, submetida pelos dois países à arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos. O êxito dos seus esforços foi o mais completo, demonstrando na sua "Memória Brasileira", através de farta documentação e notícias históricas, o direito do Brasil ao território disputado pelos dois países sulamericanos. E, assim, em 5 de novembro de 1895, por sentença do árbitro, 30.622 quilômetros quadrados do território litigioso eram definitivamente incorporados ao

Brasil. Em consequência dessa vitória, o Barão do Rio Branco passou a ter grande relêvo no cenário da política nacional.

Logo depois, um conflito havido no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, em que foram mortos o comandante e vários soldados de um destacamento francês, veio tornar urgente a solução do secular litígio entre o Brasil e a Guiana, a propósito do território do Amapá. Rio Branco foi nomeado comissário, para reunir documentos destinados à arbitragem projetada. Como demorassem as negociações para essa arbitragem, de 1895 a 1897, escreveu Rio Branco uma memória histórica e geográfica para auxiliar as negociações sobre a questão de limites com a Guiana Inglesa. Concluído o tratado de arbitragem com a França e escolhido árbitro o presidente da Suíça, Rio Branco, dois anos depois, obtinha, com a sua erudita exposição de fatos, uma sentença que dava ao Brasil a posse definitiva de 260.000 quilômetros quadrados, pondo termo a uma querela que datava de dois séculos. Essa vitória despertou grande entusiasmo em todo o Brasil. O Congresso Nacional declarou Rio Branco "benemérito da Pátria", concedendo-lhe uma pensão anual, bem como aos seus filhos; além de uma recompensa em dinheiro. Foi o grande brasileiro, depois, ministro do Brasil em Berlim e estava neste posto quando, em 1902, o presidente Rodrigues Alves o convidou para a pasta das Relações Exteriores. A frente do Itamarati, dentro de pouco tempo solucionava a questão do Acre, onde brasileiros e bolivianos entravam em choque. Assim foi que, a 21 de novembro de 1903, mediante certas compensações territoriais e dois milhões de esterlinos em dinheiro, a Bolívia reconhecia o direito do Brasil a uma área de cerca de 200 mil quilômetros quadrados. A atuação de Rio Branco na pasta das Relações Exteriores foi assinalada pela terminação das questões de limites e por tratados de arbitramento, firmados com quase todas as nações da América e da Europa. As questões de limites com o Peru e o Uruguai foram também resolvidas. Por iniciativa sua, em atitude espontânea e sem recorrer ao arbitramento, o Brasil reconheceu à República Oriental do Uruguai o direito de condomínio das águas da lagoa Mirim e rio Jaguarão.

Terminado o período governamental do Governo Rodrigues Alves, os presidentes subsequentes — Afonso Pena, Nilo Peçanha e marechal Hermes da Fonseca, — conservaram Rio Branco na pasta do Exterior, onde a sua atuação foi sempre efficientíssima.

A sua morte, no começo do ano de 1912, consternou toda a nação e os seus funerais foram concorridíssimos, tendo-lhe sido prestadas, por exceção, honras de chefe de Estado.

Em sua memória foi erigida uma estátua, em 1914, na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, e, nesta capital, além de ser dado o seu nome à principal avenida da metrópole, ergueu-se-lhe também um monumento na Esplanada do Castelo.

Embora a iniciativa do "Jornal do Comércio" tenha sido, a certa altura dos trabalhos, perfilhada pelo Governo em face de dificuldades

surgidas durante a confecção do monumento a Rio Branco, em Paris, é certo que a idéia dessa homenagem e as providências iniciais para sua efetivação pertencem àquele órgão da imprensa brasileira, que, no dia imediato à morte do grande chanceler, em tópico, na seção "Várias Notícias", sugeriu um movimento nacional naquele sentido.

Aberta, pelo mesmo jornal, uma subscrição pública, inscreveu-se em primeiro lugar a própria empresa, com a importância de 1:000\$000. Assinaram, em seguida, 500\$000 cada um, os srs. José Carlos Rodrigues e Antônio F. Botelho. Félix Pacheco assinou 250\$000. Seguiram-se os demais redatores, perfazendo o total de 2:301\$000 a importância arrecadada no primeiro dia. Vitoriosa a iniciativa, com o apoio franco e sincero que lhe deu o povo, o "Jórnal do Comércio" incumbiu o cônsul geral do Brasil em Paris, sr. João Lopes, de contratar a confecção do monumento com o escultor francês Félix Maurice Charpentier, que fora dedicado amigo do chanceler. O contrato foi firmado naquela capital, no dia 29 de junho de 1914. O escultor reproduziu com extraordinária semelhança o barão do Rio Branco, em mármore de Carrara, de 4 metros de altura por 2 de diâmetro, mas não foi perfeita a confecção de algumas partes ornamentais do monumento, as quais foram mais tarde substituídas. Opinaram os críticos que a figura do chanceler desaparecia num excesso de detalhes ornamentais e simbólicos, entre os quais um grupo ampliado, ocupando a base inteira da escultura, com bandeiras desfraldadas e soldados de mistura com homens e mulheres do povo, aclamando o vencedor das Missões, do Amapá e do Acre. Tendo-se servido de modelos franceses, o escultor incluiu nesse grupo um carteiro, que aparece com o uniforme parisiense. Compunha ainda o monumento a figura da Glória, com um laurel na mão esquerda e empunhando com a direita a espada da Justiça. Nas faces laterais encontravam-se os altos relevos assinando a entrega dos laudos de Berna e Washington e quadros simbólicos dos rios Amazonas e Uruguai.

Falecendo Charpentier antes de entregar o monumento, cuja execução tivera alguns embaraços, a viúva do escultor pediu ao Governo brasileiro que lhe fôsse dada uma indenização pelas prestações não pagas ao seu marido e também para custear as despesas com a guarda e conservação da parte do monumento concluída. Durante cerca de 20 anos o assunto ficou sem solução e só em 1932, atendendo a solicitações que lhe foram feitas, o ministro Osvaldo Aranha, então na pasta da Fazenda, resolveu intervir no caso. Assim, obteve do chefe do Governo permissão para pagar aos herdeiros do escultor Charpentier a indenização reclamada e fazer transportar para o Brasil os 18 volumes contendo as partes concluídas do trabalho, as quais chegaram a esta capital, a bordo do "Rui Barbosa", a 1 de abril de 1933. Durante largo tempo discutiu-se a questão da localização do monumento, que permanecia encaixotado. Mais tarde, foi nomeada pelo ministro da Educação uma comissão, composta dos srs. Correia Lima, Cândido Portinari, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, para dar parecer sobre uma exposição do ministro Mário de Vasconcelos, chefe do Departamento Administrativo do Itamarati,

relativo à conclusão da obra. Essa comissão opinou que o monumento, tal como o concebera Charpentier, só se destacaria pelo aspecto desagradável de seu conjunto e que seria melhor aproveitar os elementos já concluídos do projeto para com eles erigir-se, em local adequado, um monumento mais aceitável para uma cidade moderna. O ministro da Educação organizou então nova comissão para preparar as bases de um concurso de projetos para conclusão da estátua, fazendo parte da mesma os srs. Lucílio de Albuquerque, Amando Magalhães Correia, Olavo Redig de Campos e Alcides da Rocha Miranda.

Assumindo a pasta das Relações Exteriores, o sr. Osvaldo Aranha, que já interviu em outra fase para evitar que fôsem vendidas em leilão, em Paris, as partes concluídas por Charpentier, avocou o assunto ao Itamarati e mandou que o ministro José Roberto de Macedo Soares o examinasse detidamente, encaminhando-o para uma solução definitiva. De posse do resultado desse estudo e, de acordo com ele, o ministro do Exterior fez, em abril de 1939, uma exposição ao chefe do Governo, que baixou o Decreto n.º 1.353, de 16 de junho de 1939, instituindo uma comissão executiva para proceder à ereção do monumento, comissão que, por decreto de 19 do mesmo mês, ficou assim constituída: ministro José Roberto de Macedo Soares, presidente; o escultor Hildegardo Leão Veloso e o arquiteto Alcides da Rocha Miranda, membros. Essa comissão organizou novos projetos, aproveitando a obra do artista francês e adaptando-a convenientemente à nossa época. Em 11 de novembro de 1939, o chefe do Governo, sr. Getúlio Vargas, em companhia do ministro do Exterior, examinou, no atelier do escultor Leão Veloso, as seis "maquettes", escolhendo o modelo do monumento que foi aprovado pelo Decreto n.º 1.954, de 7 de janeiro de 1940.

* * *

O lançamento da pedra fundamental do monumento ao barão do Rio Branco, em setembro de 1940, revestiu-se de solenidade, comparando à cerimônia o chefe do Governo e altas autoridades do país. Produziu expressivo discurso o sr. Alberto Guani, então ministro das Relações Exteriores do Uruguai, que se achava em visita a esta capital.

* * *

O programa dos festejos comemorativos do "Dia da Pátria", em 7 de setembro de 1943, incluía a inauguração do monumento entre os atos de maior relevância. A cerimônia realizou-se às 11 horas, na Esplanada do Castelo, e foi presidida pelo chefe do Governo, que ali se encontrava acompanhado de suas casas Civil e Militar, a ela comparecendo, como convidado de honra, o sr. Joaquim Fernandez y Fernandez, ministro das Relações Exteriores do Chile, o ministro da Defesa do Paraguai, corpo diplomático, generais, almirantes e brigadeiros do Ar, os presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Segurança Nacional, do prefeito do Distrito Federal, do chefe de Polícia e outras altas autoridades.

Lida pelo ministro José Roberto de Macedo Soares, presidente da Comissão Executiva do Monumento, a ata inaugural, o sr. Osvaldo Aranha, ministro do Exterior, em nome do chefe do Governo, fez entrega do monumento à cidade.

Falou, então, o prefeito Henrique Dodsworth, depois do que as alunas do Instituto de Educação entoaram o "Hino a Rio Branco".

Usou da palavra, em seguida, o sr. Joaquim Fernandez y Fernandez, ministro das Relações Exteriores do Chile, que recordou a personalidade do chanceler brasileiro e a orientação americanista de sua política. Após a oração dêsse titular, as normalistas cantaram o Hino Nacional do Chile.

Seguiu-se o discurso oficial, proferido pelo ministro Augusto Tavares de Lira, único sobrevivente do ministério de que fez parte Rio Branco.

O ministro do Exterior convidou, então, o presidente da República, os ministros do Exterior do Chile e da Defesa Nacional do Paraguai a descerrarem a bandeira que encobria a figura de Rio Branco. Acompanharam-no, nesse ato, os descendentes do saudoso brasileiro. As bandas militares executaram, nesse momento, o "Hino Nacional", que foi também cantado pelas alunas do Instituto de Educação, encerrando-se, a seguir, a cerimônia.

* * *

O monumento ao barão do Rio Branco mede 31 metros de altura e representa o grande chanceler em frente a um marco de fronteira, que simboliza a sua obra de defesa, demarcação e caracterização dos limites do Brasil, acrescentando ao território nacional cerca de 900.000 quilômetros quadrados. Acima da cabeça da estátua, em bronze (cópia fiel do trabalho em mármore de Charpentier, que se encontra no Itamarati), vê-se, esculpido no granito do marco, o contorno do Brasil. Nas partes laterais foram fundidos, em bronze, dois altos relevos, representando a entrega dos laudos de Washington (Missões) e de Berna (Amapá), vendo-se num e neutro caso as figuras das pessoas que estiveram presentes às respectivas cerimônias. O monumento ostenta dois escudos — o das armas do Brasil e o das armas pessoais (brasões) do barão do Rio Branco. Na parte posterior, o escultor Leão Veloso simbolizou os rios Amazonas e Uruguai, vendo-se acima dêsses grupos a figura da História, tôdas essas esculpidas por Charpentier. Em frente ao monumento foi colocado um espelho d'água com a extensão de 60 x 40 metros e dotado de iluminação. No sub-solo, abaixo do espelho d'água e do grande pedestal, a Prefeitura construiu uma espaçosa garage, que ainda não está em funcionamento.

* * *

A magnífica estátua do barão do Rio Branco, esculpida em mármore pelo escultor Charpentier, tem o pêso de 9 toneladas e mede 4 metros de altura e 2 de diâmetro. Foi conservada no Itamarati

sendo uma réplica fundida em bronze para compor o monumento da Esplanada do Castelo, evitando-se, assim, que o original de mármore viesse a ser danificado pela ação do tempo. Destina-se a mesma a uma das alas do Itamarati, erigindo-se ali o trabalho de Charpentier, em instalação condigna e lugar adequado, de acordo com a resolução do ministro Osvaldo Aranha.